

CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006134

Requerente: Vereadores Signatários

Súmula: Emenda Aditiva: Dá nova redação ao Art. 2º do projeto de Lei 013/2017.

RELATÓRIO

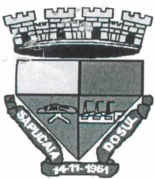
Trata-se de emenda modificativa proposta ao projeto de lei nº 203/200/2017 (Expediente Administrativo nº 0147.001.0006039), que propõe alterar a redação do art. 2º do referido projeto, com escopo de incluir juros aos valores que poderão ser abrangidos pelo REFIS.

PARECER

Em atenção ao pleito apresentado pelos Edis ora signatários, no que se refere a alteração ora proposta, temos que, existe óbice legal no que pertine à questão de ordem constitucional, haja vista que, de acordo com o que se requer, será incluso junto ao referido projeto de Lei que dispõe sobre o REFIS a questão atinente aos juros.

Ora, temos que, de acordo com o ordenamento legal, incumbe ao Poder Executivo a proposição de lei atinente à questão de matéria orçamentária e tributária, sendo que, tal intento mostra-se impossibilitado quanto ao prosseguimento.

Aqui importante se faz lançar o entendimento doutrinário de Roque Antonio Carraza, ao ***“proclamar que só o Chefe do Poder Executivo é que pode apresentar projetos de leis tributárias benéficas, uma vez que só ele tem como saber dos efeitos das isenções, anistias,***



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



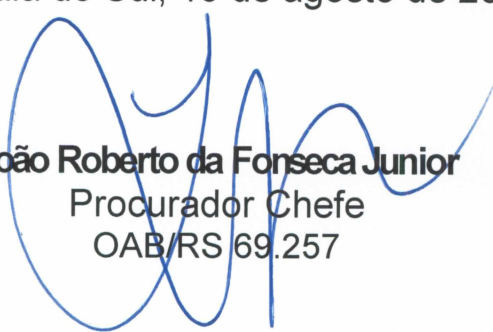
remissões, subsídios, etc. que envolvam tal matéria. Aduz que, “não tendo nenhum compromisso com o interesse público e, por assim dizer, cuidando de assuntos que lhe são favoráveis, os cidadãos nunca jamais se pejariam de apresentar leis tributárias isentivas, remissivas, anistiantes, etc.”

Ademais, caso eventualmente trabalhássemos com a ideia da possibilidade da tramitação da presente emenda, tal deveria retornar ao Executivo para que houvesse a apresentação de impacto financeiro e orçamentário acerca da referida alteração da proposição legal.

Dito isso, opino quanto à impossibilidade do prosseguimento da referida emenda frente à afronta ao ordenamento legal.

À consideração superior, e com a aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para o prosseguimento da tramitação regimental.

Sapucaia do Sul, 10 de agosto de 2017.


João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257